

EMENDA Nº - CMMPV 1303/2025
(à MPV 1303/2025)

Acrescente-se § 11 ao art. 30 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, na forma proposta pelo art. 61 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 30.

.....

§ 11. O disposto no §1º-A aplica-se à intermediação lotérica, no qual a alíquota incidirá sobre a taxa de serviço após a dedução do valor do bilhete da aposta.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

JUSTIFICAÇÃO

A presença de intermediadores de jogos e apostas é uma realidade em diversas jurisdições onde as loterias são permitidas. Nesse sentido, a proposição busca apenas alinhar a legislação brasileira às práticas internacionais.

Considerando que esses intermediadores já se encontram atuantes no mercado brasileiro, é imperativo que o Estado brasileiro participe da riqueza gerada por essa atividade. A ausência de uma regulamentação tributária específica para os intermediadores lotéricos representa uma lacuna que impede a justa arrecadação de tributos.

Ao atribuir a esses agentes o dever de arcar com os tributos no art. 30, §1º-A, a presente emenda visa assegurar que uma parcela da movimentação financeira gerada por essa atividade seja revertida em benefício da sociedade, contribuindo para o financiamento de políticas públicas e serviços essenciais.

Essa medida não apenas garante a equidade fiscal, mas também fortalece a segurança jurídica do setor, ao reconhecer formalmente a figura do "assessor de apostas" e estabelecer suas responsabilidades, incluindo as



tributárias. Tal disposição contribuirá para a conformidade e segurança jurídica de todos os envolvidos além de impactar positivamente as pontas públicas.

Sala da comissão, 16 de junho de 2025.

Deputado Bacelar
(PV - BA)

